

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total
			A Integralizar	Integralizado	Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1 de Janeiro de 2016		282.818	-	282.818	254	(61.148)	221.924	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(49.758)	(49.758)	
Aumento de capital		185.000	(19.000)	166.000	-	-	166.000	
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		-	-	-	(254)	254	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		467.818	(19.000)	448.818	-	(110.652)	338.166	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(51.168)	(51.168)	
Aumento de capital	18	466.216	1.500	467.716	-	-	467.716	
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		934.034	(17.500)	916.534	-	(161.820)	754.714	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(51.168)	(49.758)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	68.695	44.377
Baixa de ativos permanentes	9 e 10	454	126
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(26.359)	(25.629)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.147)	(1.303)
Juros e variações monetárias sobre mútuos		11.258	32.248
Juros e variações monetárias de empréstimos		29.415	26.082
Juros e variações monetárias de debêntures		6.381	1.618
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	2.604	2.131
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	20	2.597	11.283
Constituição de provisão para manutenção	20	22.102	5.218
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(853)	(126)	
Contas a receber – partes relacionadas	(16)	20	
Despesas antecipadas	1.496	(1.442)	
Impostos a recuperar	1.212	379	
Outros créditos	(44)	(72)	
Dépósitos judiciais	17.263	(159)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	2017	2016
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.244)	(2.662)
Fornecedores – partes relacionadas		(316)	(47)
Cauções contratuais de fornecedores		(1.779)	(2.006)
Obrigações sociais		178	38
Obrigações fiscais		(2.836)	(114)
Outras contas a pagar		(2.316)	1.096
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(1.420)	(548)
Pagamento de juros		(32.134)	(33.752)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		38.023	6.998
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	9	(815)	(641)
Aquisições de itens do intangível	10 e 22	(221.940)	(154.764)
Aplicação financeira vinculada		(1.330)	(5.866)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		752	2.695
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(223.333)	(158.576)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos		3.589	10.903
Risco sacado		3.737	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(24.027)	(21.844)
Aumento de capital	18	199.000	166.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		182.299	155.059
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.011)	3.481
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		10.372	6.891
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		7.361	10.372

Demonstração do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas			
Prestitação de serviços	19	142.144	122.770
Receita dos serviços de construção	19	188.822	167.545
Outras receitas		990	711
		331.956	291.026
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(33.243)	(32.544)
Custo dos serviços de construção	20	(188.822)	(167.545)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.907)	(8.367)
Custo da concessão		(5.901)	(5.522)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(22.102)	(5.218)
Outros		(4.985)	(13.820)
		(263.960)	(233.016)
Valor Adicionado Bruto		67.996	58.010
Depreciação e Amortização	20	(68.695)	(44.377)
Valor Adicionado Líquido Produzido		(699)	13.633
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	21	5.367	2.622
Juros capitalizados	22	10.886	27.888
Outros		(7)	-
		16.246	30.510
		15.547	44.143
Valor Adicionado Total a Distribuir			
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		13.684	12.974
Benefícios		3.351	3.271
FGTS		890	954
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		(20.608)	(20.655)
Estaduais		1	1
Municipais		7.149	6.175
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		35.796	27.700
Juros capitalizados BNDES		2.153	7.718
Juros capitalizados Debentures		8.733	16.760
Aluguéis		677	520
Outras		3.631	2.825
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		11.258	32.248
Juros capitalizados sobre mútuos		-	3.410
Prejuízo do exercício		(51.168)	(49.758)
		15.547	44.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional – A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$65.587 (R\$101.724 em 31 de dezembro de 2016). A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo. Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazo apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedágio e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes. A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

2. Concessões – A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007. A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicações de rodovia. • 48,3 kms de terceiras faixas. • 13,72 kms de vias laterais. • Construção de cinco trevos completos. • Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba-PR. • Construção de onze passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO’s. • Implantação ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$27.690 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$112.324 (R\$185.347 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$224.026 (R\$262.259 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$108.467. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: i. Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional –

registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta – TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. Base De Preparação – Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: **Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICP 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Determinação das receitas de construção:** De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são: **4.1. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias: **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 15). **Ativos financeiros mantidos**

até o vencimento. Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8) Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias: **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12) e debêntures (nota explicativa nº 13). **Outros passivos financeiros:** Fornecedores e outras contas a pagar. São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais. **4.2. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.3. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. b) Depreciação: As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. **4.4. Ativo Intangível: Ativo intangível oriundo do contrato de concessão:** A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os ágio que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior. **4.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **4.6. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.7. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7. **4.8. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. a) Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a

continua...